

# NOTÍCIAS CNTV/VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 20/Out



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 1612 | 2016



## PL que trata do Estatuto da Segurança Privada pode entrar em regime de urgência



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO 5364/2016.

Senhor(a) Presidente,

Requiro a Vossa Excelência, nos termos dos arts. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação imediata do PL 4238/2012, que "Altera o art. 19 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para dispor sobre o piso nacional de salário dos empregados em empresas particulares que explorem serviços de vigilância e transporte de valores".

Sala das Sessões, em \_\_\_\_\_

19 out 2016

Deputado AGUINALDO RIBEIRO  
Líder do Bloco PP/PTB/PSC

Handwritten signatures and initials of various deputies, including Rodrigo Maia (DEM), José Boaventura (CNTV), and others, supporting the request for urgency.

O deputado Aguinaldo Ribeiro, líder do bloco PP/PTB/PSC na Câmara dos Deputados, encaminhou nesta quarta-feira (19) um requerimento ao presidente da Casa, deputado Rodrigo Maia (DEM), requerendo urgência para apreciação imediata do Projeto de Lei (PL) 4238/2012, que trata do Estatuto da Segurança Privada.

Matérias em regime de urgência têm a dispensa de algumas exigências e formalidades regimentais, com exceção da publicação e

distribuição em avulsos ou cópias, dos pareceres das Comissões e do quórum para deliberação. O prazo das comissões é de 5 sessões, que corre simultaneamente para todas. Há projetos que já nascem urgentes devido ao seu conteúdo. Esses casos estão previstos no Regimento. Outros projetos se tornam urgentes, em virtude de requerimento aprovado pelo Plenário.

Em setembro de 2015 a Comissão Especial da Câmara dos Deputados instituída para apreciar o PL 4238/2012 aprovou relatório e substitutivo do deputado Wellington Roberto (PR-PB). O texto instituiu o Estatuto da Segurança Privada e excluiu o Piso Nacional dos Vigilantes do texto. Existiam 122 propostas tramitando na Câmara dos Deputados que instituem o Estatuto da Segurança Privada. O texto aprovado era uma alternativa a todos estes outros e é dividido em 11 capítulos que tratam da segurança privada; das penalidades administrativas; dos prestadores de serviço; da segurança privada em instituições financeiras; dos profissionais e sua formação; dos crimes e das taxas do setor.

Para o presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura, não há acordo com a votação do PL do jeito que está. "O relatório substitutivo não atende a várias demandas da categoria, exclui a questão do piso nacional e traz outras propostas descabidas como enquadrar a segurança como assunto de interesse nacional. Tudo isso é contrário aos interesses da nossa categoria e precisa ser revisto", afirmou.

A CNTV alerta sindicatos e federações de luta que fiquem atentos quanto à votação e convoca todos os trabalhadores a se unirem em mais esta luta em defesa dos direitos da categoria.

Fonte: CNTV

# CNTV realiza 14ª Conferência Nacional dos Vigilantes em novembro

Encontro ocorrerá em Brasília nos dias 3 e 4 do próximo mês



previsão é de que 2017 requererá mais mobilização e concentração de esforços, principalmente na luta por manutenção de direitos já conquistados. “Em 2016 nos deparamos com incertezas na economia brasileira, um verdadeiro desafio na mesa de negociação, mas apesar disso tivemos um ano vitorioso considerando as conquistas nas Convenções Coletivas”, afirmou o presidente da CNTV, José Boaventura.

Mesmo com o cenário de retração da economia em 2017, a mobilização da categoria é o diferencial necessário para arrancar conquistas das mãos dos patrões. “Não bastasse toda dificuldade que está pela frente, ainda teremos um governo golpista tentando destruir os trabalhadores a todo custo”, completou Boaventura.

As inscrições deverão ser realizadas exclusivamente pelas entidades representativas da categoria (sindicatos e federações) até o dia 24 de outubro pelo e-mail [cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)

Fonte: CNTV

## Sindivigilantes do Sul cobra salários atrasados da Camargo & Conceição



Com o apoio do Sindivigilantes do Sul, os vigilantes da empresa Camargo & Conceição Segurança Privada (do grupo Multiâgil) nos postos do Sine/FGTAS em Porto Alegre e Canoas paralisaram suas atividades nesta quarta-feira (19), em protesto contra o atraso dos salários de outubro, que ainda não foram pagos. Também estão sem alimentação e sem as passagens do

transporte.

Segunda-feira à tarde os diretores Marlon Costa e Ivo Carioca conversaram com a direção da empresa mas não receberam nenhuma garantia, até agora, de que o pagamento vá sair em seguida. A direção da contratante foi informada dessa irregularidade e respondeu que a Camargo e Conceição será notificada, o que equivale a uma advertência.

O sindicato está tomando providências para a cobrança da multa por atraso: “Estamos atentos e vamos fazer tudo que for possível para garantir que os trabalhadores recebam tudo o que têm direito”, informou o diretor Ivo Carioca. Os trabalhadores deixaram o posto de trabalho, foram para casa, e só pretendem retornar quando acontecer o pagamento

Fonte: Sindivigilantes do Sul

# Centrais sindicais se reúnem em SP e definem calendário de lutas

**Estão previstos um ato contra PEC 241 e um Dia Nacional de Greve e Paralisações!**



Com a presença do diretor do Sindicato dos Vigilantes do DF (Sindesv-DF) Moisés Alves da Consolação, as centrais sindicais se reuniram para preparar uma agenda positiva, para fazer o enfrentamento ao desmonte da classe trabalhadora

Antes Durante a tarde desta quarta-feira (19/10), a CUT e demais centrais sindicais se reuniram em São Paulo e definiram um calendário de lutas para o próximo período. De acordo com os dirigentes que estiveram no encontro, a unidade é fundamental para que as mobilizações continuem crescendo e fortalecendo a resistência da classe trabalhadora.

Já na próxima segunda-feira (24), haverá um ato das centrais sindicais, em Brasília, contra a PEC 241, que no mesmo dia deve ser votada em segundo turno na Câmara dos Deputados.

No dia 11 de Novembro, haverá o “Dia Nacional de Greve e Paralisação”, que chamará a atenção do País para os riscos que corre a classe trabalhadora com o avanço da reforma da Previdência e Trabalhista no Congresso.

Na saída da reunião, o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, falou sobre o encontro.

“O que as centrais sindicais fizeram aqui hoje, é fechar uma jornada de lutas contra a retirada de direitos da classe trabalhadora. Vamos lutar contra a PEC 241, a reforma da Previdência e a reforma Trabalhista”.

Dando continuidade, após as mobilizações do dia 11 de novembro, as centrais sindicais voltarão a se reunir para definir os detalhes sobre os atos do dia 25 de novembro. Porém, explica Vagner Freitas, o que não muda são os propósitos finais da agenda de lutas.

“Será uma jornada de acúmulo de forças, estaremos nas ruas dia 11 e 25 e seguir caminhando rumo à greve geral, se os governantes não entenderem que não podem retirar os direitos da classe trabalhadora”, encerrou o presidente da CUT.

Fonte: CUT Nacional

# Cunha é preso em ação discreta da Polícia Federal

**Ação penal trata da existência de contas na Suíça em nome do ex-parlamentar**



Ex-deputado Eduardo Cunha foi preso em Brasília

O deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) foi preso hoje (19) em Brasília, no âmbito da Operação Lava Jato. O pedido de prisão preventiva do ex-presidente da Câmara dos Deputados foi emitido pelo juiz Sérgio Moro, que conduz as investigações, na primeira instância. A Polícia Federal (PF) confirmou a prisão preventiva, ou seja, por tempo indeterminado. Segundo o canal GloboNews, ele foi preso em Brasília e deve chegar a Curitiba no fim da tarde desta quarta-feira.

Diferentemente do que ocorreu em 4 de março, quando policiais federais invadiram a residência do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em São Bernardo do Campo, no ABC paulista para fazer uma condução coercitiva, realizando um espetáculo midiático, a prisão de

Cunha só foi conhecida após ser efetivada na manhã desta quarta-feira.

A ação penal trata da existência de contas na Suíça em nome do ex-parlamentar. Como o Supremo Tribunal Federal (STF) já havia aceitado a denúncia, Moro apenas vai continuar o julgamento do caso, a partir de onde o processo parou na Suprema Corte.

O processo foi transferido para a 13ª Vara da Justiça Federal no Paraná, após Cunha perder o mandato de deputado federal e, conseqüentemente, o foro privilegiado. Ele foi cassado na Câmara em 13 de setembro.

Fonte: Rede Brasil Atual

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF